

## **Histórias em Quadrinhos, historiografia e narrativas: discussões sobre leituras e usos das histórias em quadrinhos pela história e seus regimes de verdade**

THIAGO MONTEIRO BERNARDO\*

### **Apresentação**

No presente trabalho, buscarei traçar uma discussão teórico-metodológica sobre as possibilidades de leitura e uso das histórias em quadrinhos (doravante HQs) como fontes para a pesquisa histórica. Pautarei este debate na questão dos regimes de verdade na escrita da história explorando sua relação dual de aproximação e afastamento com a narrativa ficcional. Para este fim, farei um balanço teórico e crítico sobre o tema, utilizando-me das abordagens elaboradas por José Carlos Reis contrastando as propostas de Hayden White e Paul Ricoeur, em seu livro *O desafio historiográfico*, entrelaçadas com as possibilidades de análise das narrativas visuais das HQs. Através disso, elaboramos uma proposta teórica para a leitura das HQs pelos historiadores, tornando suas narrativas reveladoras de uma experiência vivida e socialmente compartilhada.

De maneira ampla e simplificada, é possível rastrear o surgimento do caráter científico e acadêmico da disciplina história na historiografia produzida no século XIX, juntamente com a busca pela profissionalização dos historiadores. A influência do positivismo trouxe para a escrita da história a ambição de reconstruir o passado de forma objetiva, almejando que a História fosse a revelação da verdade obturada nas fontes. Como demonstrado por Peter Burke (BURKE, 1997: 18), a “Revolução Copernicana” promovida na historiografia pelos trabalhos de Leopold von Ranke e seus seguidores buscou enfatizar a pesquisa histórica através das fontes presentes nos arquivos oficiais do Estado.

Dessa forma, a historiografia deste período foi, do ponto de vista teórico e temático, majoritariamente política e *événementielle*, vinculada ao surgimento do Estado-Nação e preocupada em registrar sua história como ela efetivamente teria

---

\* Professor Substituto de História da América da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Doutorando em História Comparada – UFRJ.

ocorrido<sup>1</sup>. O método de trabalho para os historiadores desse novo regime historiográfico foi sistematizado em compêndios, como a *Introdução aos Estudos Históricos* de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos. A hegemonia desse regime teve como movimento colateral a cristalização de um corpus documental canônico para a pesquisa histórica. Um cânon que deveria ser capaz de conferir objetividade desejada e, por derivação, permitir que a narrativa histórica se revestisse como portadora de verdade científica. Uma objetividade que cercou também a produção de imagens para a imprensa neste mesmo período. As imagens serviriam como uma reprodução fidedigna dos acontecimentos registrados apenas pela oralidade, tornando-os vivos/presentes aos olhos do leitor – convertido por autocracia em testemunha. Um fenômeno que se consolidou, em especial, com o surgimento da fotografia. Como demonstra André Rouille (ROUILLE: 2009), o século XIX sucedia o paradigma artesanal do desenho pelo paradigma industrial da câmara escura, com sua captura óptica e química da imagem. Julgo, porém, que mesmo com a afirmação, nesse período de construção da modernidade, da fotografia como um registro objetivo, o uso dos desenhos não deixou de desempenhar um papel de narrar graficamente o que não pode ser visto pela objetiva do fotógrafo. Um início do papel testemunhal da fotografia, não por coincidência, impresso no mesmo tipo de papel que daria origem as HQs, que em seus primórdios serviam-se da narrativa gráfica para representa o que/como o acontecimento passado poderia ter sido.

No século XX, dois movimentos cruciais alteraram o campo da produção historiográfica, dando a configuração daquilo que o historiador José Carlos Reis denominou como os desafios historiográficos que se apresentam aos historiadores no(do) início do século XXI. O primeiro com as críticas a História política *événementielle* no final do século XIX e na primeira metade do século XX e o segundo com a virada linguística – o *Linguistic Turn* – a partir da década de 1960. Rastreamos os vestígios que podem indicar a origem do primeiro desses movimentos, Peter Burke mostra que as críticas mais agudas a esta História Política, foram elaboradas por historiadores de diferentes partes do mundo ainda no século XIX como Karl Lamprecht

---

1 Podemos, contudo, localizar no século XIX vozes destoantes a esse modelo de história política no campo historiográfico. Mesmo Ranke, em uma direção inversa ao de seus seguidores, não rejeitou a história da sociedade, da cultura e da ciência. Jules Michelet (1798-1874) e Jacob Burckhardt (1818-1897) desenvolveram no mesmo período uma análise da cultura e da sociedade na Renascença.

(BURKE, 1997: 18), na Alemanha, e Frederick Turner (KNAUSS, 2004), nos Estados Unidos, que analisa o papel da fronteira na formação de uma cultura nacional estadunidense. A cristalização desse movimento encontrou voz na geração fundadora da Revista dos Annales, cujos personagens principais foram Lucien Febvre e Marc Bloch. Essa geração vinha propor uma transformação axial na análise histórica com a substituição da narrativa dos eventos políticos por uma perspectiva de “história-problema”, na qual caberia ao historiador a reconstrução de uma realidade passada, através da formulação de hipóteses a serem respondidas através das fontes históricas.

Elaborava-se através dessa dinâmica um novo cânon no campo da historiografia ocidental, dentro do qual a narrativa e a política cedeu espaço à serialização e análise de estruturas de longa duração, as únicas que – dentro dessa perspectiva – seriam capazes de revelar verdadeiras estruturas e forças sociais. A preocupação dos historiadores deveria se direcionar à história social, tendo no modelo de Fernand Braudel<sup>2</sup> seu maior referencial. Nesse cânone a narrativa tornava-se paria da escrita da história. Expurgada do convívio de *Clio* e relegada a uma memória indesejada do campo do historicismo ou vinculada ao campo da literatura/ficção.

Um dos registros mais proeminentes da virada linguística que caracterizou o segundo movimento de mudança no campo historiográfico foi, como aponta Frank Ankersmit (ANKERSMIT, 2010), seu diagnóstico através da antologia *Linguistic Turn: Essays in Philosophical Method* de Richard Rorty, publicado em 1967 (RORTY, 1992). Nessa virada difundiu-se a percepção de que a linguagem tem um papel relevante na construção das representações do mundo. Em outras palavras, a objetividade e a maneira como o mundo é compreendido, interpretado e descrito eram agora entendidas como sendo parte de uma trama discursiva. Ankersmit coloca que essas eram notícias ruins para o campo científico ancorado pelo paradigma lógico/objetivo. Se a linguagem tinha um papel considerável na construção do mundo, a noção de unicidade da verdade, elaborada por uma análise objetiva era posta em um local agora instável.

A virada linguística, em paralelo com uma virada antropológica e cultural, afluiu por diferentes leituras através do campo da história, alterando seu relevo através da incorporação de novas disciplinas ao seu quadro teórico. Isso promoveu uma mudança

---

2 A obra historiográfica de Braudel não deixa também de ter seu aspecto narrativo, como veremos adiante.

na abordagem dos trabalhos anteriores, que se centravam em uma *história social da cultura*, para uma *história cultural da sociedade*, além de abrir a história para novos objetos como a literatura, o cinema, a cultura visual e as HQs<sup>3</sup>. Contudo, a noção de verdade e cientificidade da história não passou incólume por tais transformações. Como aponta Reis, Hayden White colocou em xeque a objetividade da narrativa histórica indicando seu maior parentesco com a narrativa literária.

## **1. História e Literatura: uma relação de similitudes e a construção de diferenças.**

### *1.1. Hayden White e a história como literatura: debate sobre verdade e ética na narrativa histórica.*

Ao Analisar o estatuto da verdade no regime narrativo da historiografia e da ficção, Reis (REIS, 2010) disserta sobre a importância do papel da obra de Hayden White para a compreensão dos novos desafios que se impõe à produção historiográfica no final do século XX e início do século XXI. De maneira assustadora aos historiadores que entendem seu ofício como uma produção de verdade controlada por um método científico/experimental, White argumenta que a escrita historiográfica, por seu intrínseco componente narrativo, não é uma produção científica, mas sim um gênero literário. Em sua tese, White demonstra que a abordagem histórica é invariavelmente a elaboração de um texto, uma exposição oral, enfim, um artefato verbal. A leitura de um texto escrito e assinado por um autor, cujo estilo estético e argumentativo pode ser reconhecido pelo leitor.

Nessa linha, White defende que nenhum historiador oferece ao seu leitor/ouvinte o passado enquanto tal. A reconstrução do passado feita pelo historiador não é completa uma vez que a totalidade da temporalidade passada não poderia ser resgatada de forma plena pelo discurso historiográfico ou por qualquer outro meio hoje fisicamente conhecido. O que a narrativa histórica constrói, segundo esse autor, são “ficções verbais cujos conteúdos são inventados e descobertos, cujas formas têm mais em comum com a

---

3 Ainda que as HQs tenham sido um objeto bastante periférico no campo historiográfico até o surgimento na última década de uma série de trabalhos que procuram desbravar as possibilidades deste tipo de fonte.

literatura do que com a ciência”<sup>4</sup>. A separação entre história e mito, herdada desde Heródoto e Tucídides que ansiavam por explicar o passado como ele realmente ocorrerá em oposição a fábula mítica, seria para White não mais do que uma crença de historiador. Uma *illusio* (BOURDIEU, 1996: 258) do campo historiográfico para utilizar a fortuita expressão de Pierre Bourdieu. O historiador produziria “imaginações poéticas” do passado, uma narrativa montada sobre documentos que seriam eles, a princípio, também representações e interpretações e não uma temporalidade congelada que pudesse recuperar seu viço no contato com o presente.

Creio ser provocativo ler as propostas de White como uma exacerbação radical do paradigma científico da “história-problema”, lançado pelos Annales. Levando a sua fronteira – que é também seu não lugar – conceitual esse paradigma científico abre espaço para a perda de sua referência como ciência. A historiografia dos Annales pressupõe uma cientificidade erigida na elaboração de hipóteses a serem confirmadas pelos historiadores em um trabalho de pesquisa que valorizasse o apuro metodológico no tratamento das fontes. A objetividade da reconstrução do passado, proposta por Ranke, era também negada por esse modelo. White, por sua vez, entende que o discurso tem um papel basal na formação do entendimento a respeito do mundo e por isso a narrativa histórica seria uma construção imaginativa, o que lhe conferiria uma relação incestuosa com a literatura o que poderia ser comprovado, como indica Reis (REIS, 2010: 64), pelos seguintes fatores:

a) O efeito explicativo e de convencimento da narrativa histórica é o tecer de um enredo capaz de dar coerência e fluidez a registros históricos fragmentados e incompletos. A explicação histórica não seria dada pelo conteúdo factual, mas sim como uma construção poética, tal qual a engendrada por poetas e romancistas para dar sentido e forma reconhecível ao real imaginado para seus leitores.

b) Os acontecimentos seriam neutros e suas conotações seriam atribuídas pelo autor/historiador. Aqui White atribui uma neutralidade aos acontecimentos humanos, aproximando-os de eventos naturais, que pode ser questionada. Os fatos sociais são construídos pela ação de diferentes atores e, por isso mesmo, nunca neutros ou isentos de motivação e estratégia. Um cisma ou um furacão, são eventos naturais cuja origem resguarda uma neutralidade. Contudo mesmo nestes casos as formas como as

---

4 Ibidem. p. 64.

sociedades lidam com estes eventos não são neutras, tal quais os desabrigados e a epidemia de cólera no Haiti em 2010 e os Estados Unidos com a devastação de Nova Orleans pelo furacão Katrina em 2005. Ou ainda, eventos que implicaram no sofrimento, tortura ou o extermínio de milhares de seres humanos não teriam uma conotação trágica? Seria a tragédia, o sofrimento e o sangue apenas figuras de linguagem?

c) A história, tal qual a psicoterapia, teria o papel de refamiliarizar os indivíduos e as sociedades com os acontecimentos do passado através de uma reconfecção das tramas narrativas dos fatos.

d) A história não converte o real em uma escala cartográfica reduzida, mas sim o recria sob seus termos.

e) A história, indistinta à literatura, possui seus clássicos canônicos que balizam as regras estilísticas do gênero historiográfico (REIS, 2010: 65-66).

O regime de verdade da história guardaria assim um parentesco com a literatura. Uma relação da qual, segundo esse autor, os historiadores não deveriam sentir vergonha. O encabulamento aqui significaria afirmar que o conhecimento literário é menor que o científico. Ao contrário, ao abraçar esse relacionamento com a ficção a historiografia se veria livre de “visões corretas, seguras, que só são ideologias perigosas. O ideológico ficaria reconhecível quando se identifica que é ficcional” (REIS, 2010: 66). Essa afirmação, apesar de questionável, trouxe novas dúvidas e caminhos para a oficina da história, influenciando decisivamente no trabalho dos historiadores nas últimas décadas. Lançava-se um desafio cuja potência gerou um debate especialmente caro para os pesquisadores que tomam objetos narrativos como a literatura, o cinema, a televisão e as HQs como objetos de estudo. Seria, inalteravelmente toda narrativa – inclusive a histórica – dotada de uma ficcionalidade essencial? Ou ainda, como se movem os laços que atam estas narrativas as experiências vividas passadas? Buscarei, a seguir, responder algumas dessas demandas trazendo as contribuições de Paul Ricoeur – e suas interpretações por José Carlos Reis – sobre a questão da verdade e da realidade na história e na literatura.

### *1.2.: O realismo da história e a recuperação do diálogo vivo entre passado e presente nas HQs*

Em seu texto, ao expor as reflexões de Ricoeur sobre a narrativa historiográfica, Reis traz novas luzes para uma discussão teórica sobre a natureza narrativa da história e seus regimes de verdades, bem como para pensarmos a produção de sentido existente na leitura das narrativas ficcionais. Um esforço inicial empreendido por Ricoeur para destrinçar o desafio que se coloca para a historiografia atual está em seu livro “Do Texto à Ação”, de 1986: ao aceitar que sendo a história efetivamente um artefato verbal, um texto que representa e interpreta o passado, o que seria de fato um texto? Duas definições possíveis são colocadas. A primeira define o texto como a fixação da oralidade pela escrita. Privilegiada pelo autor, a segunda define o texto como sendo não apenas a fixação da oralidade, mas sim sua substituição o que implicaria na criação de novas formas de comunicação. Concordo com Ricoeur na escolha por enfatizar aqui o texto como uma substituição da fala, uma vez que esta maneira de vislumbrar a narrativa historiográfica e das HQs nos oferece melhores possibilidades para pensarmos a relação de circular entre os textos e o mundo dos leitores.

Partindo da definição acima, Ricoeur enxerga duas formas diferentes de comunicação em nossa relação com o mundo. Uma mediada pela fala, através do diálogo entre um locutor e um interlocutor, realizando trocas em um mesmo lugar, um mesmo tempo e um mesmo mundo. Aqui a comunicação seria completamente realística, pois a referência do que é dito estaria presente a ambos os interlocutores em uma dinâmica de “palavras vivas”. A outra seria a comunicação mediada pelo texto pontuada como uma “relação ausente”, uma vez que o leitor está ausente no ato da escrita e o escritor no ato da leitura. O mundo exterior seria substituído por uma rede intertextual que substitui a realidade exterior. Isso traria severas consequências ao texto historiográfico, que tem como princípio básico a representações de uma realidade exterior no tempo e no espaço.

Partindo dessa premissa e indo além, é possível questionar se este mesmo tipo de comunicação seria válido também para imagens uma vez delas ausente o autor, na visão/interpretação de quem as vê e o observador, no olhar do autor. Uma relação ainda mais complexa nas HQs, nas quais as imagens são produzidas a partir de roteiros textuais, tornando-se, após sua realização um modelo narrativo próprio, ao mesmo

tempo visual e verbal. Em outras palavras, o aspecto visual das HQs não é simplesmente ilustrativo. Ele pode ser escalonado em diferentes níveis de complexidade e articulado junto ao texto, narrar, emocionar e inscrever sentidos.

Reis encontra em Ricoeur duas possibilidades analíticas para a leitura de textos, tanto pelos historiadores quanto para seus leitores, perante a ausência do referente externo: a *semiologia estruturalista* e a *semântica hermenêutica*. A semiologia estruturalista assume que, diante da suspensão da realidade, a melhor forma de explicar o texto seria por suas relações internas, como a estrutura, estilo e relações intertextuais. Já a semântica hermenêutica tenta recuperar o referente externo, a comunicação viva do texto historiográfico e das fontes narrativas pela interpretação do leitor. Comparando essas correntes analíticas observa-se que a abordagem desenvolvida por Hayden White se associa a semiologia estruturalista, compreendendo que esta seria a única de explicar a construção do texto historiográfico. Apartado de seu referente externo o texto historiográfico seria uma possibilidade imaginária sobre o passado que tenta ordenar literariamente seus vestígios. Ricoeur reconhece esse panorama como legítimo, mas não exclusivo.

Pensando o texto e sua relação com o mundo do leitor, creio ser possível superar a suspensão da realidade pelo texto. Através da semântica hermenêutica, a experiência da leitura é uma tarefa de efetuação. Em outras palavras, a interpretação presente do texto é feita através da conexão de suas possibilidades semânticas com a experiência vivida do leitor, que se refere ao mundo externo do texto. Desta maneira, como nos diz Reis, no círculo hermenêutico, “a história continua sendo um 'artefato verbal', o texto mantém a sua dimensão semiológica (...) mas recupera sua dimensão semântica, refere-se e dá sentido ao 'mundo do leitor', que se apropria ou rejeita o mundo do texto” (REIS, 2010: 69). O círculo hermenêutico restaura ainda um método de controle científico para a narrativa histórica uma vez que a experiência vivida pelo leitor opera como um limite à dimensão ficcional do texto. Percorrendo o círculo no sentido inverso, o mundo exterior passa a ser também representado – não refletido – na narrativa ficcional-literária, historicizando-se.

Esta teoria de Ricoeur sobre o texto pode ser associada e adaptada para uma história visual das HQs. As imagens são dotadas de um potencial cognitivo, ainda este não seja muitas vezes não vislumbrado pelos historiadores. Algo delimitado por um

*visual turn*, subseqüente a virada linguística, nas ciências sociais que muito tardiamente foi incorporado pela história. Como revela Ulpiano T. Bezerra de Meneses (MENESES, 2003), os trabalhos historiográficos até o início do século XXI estiveram mais preocupados em “iluminar as imagens com informação histórica externa a elas, e não produzir conhecimentos histórico novo a partir dessas mesmas fontes visuais” (MENESES, 2003: 19). Assim como os textos se inserem em uma rede intertextual, as imagens possuem sua própria iconosfera, ou paisagem sócio-visual, um conjunto de imagens que num dado contexto está socialmente acessível e nos educa o olhar para interpretar o visual. As imagens se inserem em um regime de visualidade, ou ainda, em uma cultura visual, capaz de lhes estabelecer sentidos, significados, valores estéticos e cognitivos.

Assim como o mundo do leitor da ao texto a capacidade de superar a relação de ausência, o trabalhar historicamente com imagens obriga o historiador a percorrer o ciclo de sua produção, circulação e consumo, de modo a recuperar sua relação com a sociedade. Meneses fala que as imagens não têm um sentido imanente. Seu sentido é produzido na interação social, o resgate de seu “diálogo vivo” com a sociedade, mobilizando no tempo, no espaço, nos lugares e circuitos sociais dos agentes que intervêm, determinados atributos para “dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e faze-los atuar” (MENESES, 2003: 24). Proponho assim que a leitura das HQs pode ser reveladora de seu mundo externo, seja analisando sua estrutura linguística e estética, nas suas de inserções em redes intertextuais e intervisuais (relacionados à iconosfera) ou nos aspectos semânticos de suas narrativas.

Ligando estas posições recupero a argumentação de Reis, que apresenta a tese central de Ricoeur em seu trabalho sobre tempo e narrativa: a narrativa teria um papel fundamental na própria percepção humana sobre o tempo. Em outras palavras, é a inserção do “tempo/experiência vivido(a)” – pelo indivíduo, por um grupo social ou pela própria humanidade, em diferentes escalas – em uma intriga lógico-poética, uma trama narrativa, que o humaniza. Um movimento curvilíneo, cíclico e complementar entre temporalidade e narrativa, como dois vetores dinâmicos, os quais se reforçam reciprocamente. Aqui temos a introdução de uma categoria fundamental para compreender o papel da narrativa como característica e objeto da história. As intrigas criadas por nós, segundo Ricoeur, seriam *mimeses*, uma recriação/imitação no campo

ficcional da realidade – mesmo que da vida interior dos seres humanos, como propõe Aristóteles em sua Poética (GAZONI, 2006) – vivenciada através da experiência temporal. Uma forma de abordar o conectar temporalidades discordantes. Contudo vale ressaltar que a configuração narrativa não é uma abordagem direta do tempo. “Ela só o atinge indiretamente: não possui conceitos que expliquem a temporalidade, mas a recria, e o leitor reconhece e se compreende”( REIS, 2010: 70). Entendido o papel da narrativa na teoria de Ricoeur como elemento através do qual se oferece o reconhecimento da experiência vivida, cabe agora distinguir o que diferencia a narrativa histórica da narrativa ficcional.

José Carlos Reis utiliza um feliz jogo de palavras para demonstrar as diferenças entre estes modelos narrativos: “a historiografia é quase ficção, a ficção é quase historiografia”. O uso do advérbio “quase” explica bem essa relação de proximidade, mas também de coincidência. Uma disparidade fundamental entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional, emerge da contraposição entre as formas de tecer suas tramas. A narrativa histórica articula variações interpretativas sobre o passado através de vestígios, em uma busca contínua por se relacionar a realidade abolida que estes podem preservar ou evocar. Já as narrativas ficcionais articulam “variações imaginativas”, as quais, acredito, funcionem – ao menos para os historiadores - melhores como vestígios possíveis, representações de uma experiência histórica ou construções de memória<sup>5</sup>.

Outra distinção entre a historiografia e a ficção é o esforço da primeira em inserir os acontecimentos e os personagens/atores de sua narrativa no tempo do calendário. A construção historiográfica gera deste modo um “tempo histórico”, uma mediação entre o tempo cósmico – que segundo a teoria da relatividade, como explica o físico Stephen Hawking<sup>6</sup>, não é também uma grandeza absoluta – e o tempo da experiência vivida. Um tempo que demandou inclusive a criação do neologismo historicizar para conjugar a ação de colocar os fenômenos sociais em perspectiva histórica.

---

5 Utilizamos aqui o conceito de memória desenvolvido por Michel Pollak, sem negar aqui o papel da historiografia como produtora de memória. Para um debate mais aprofundado consultar: POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.

6 HAWKING, Stephen. *Uma Breve História do Tempo: do Big Bang aos buracos negros*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. Curiosamente as pesquisas físicas sobre a natureza do espaço-tempo estão ausentes de grande parte do debate teórico traçado pela filosofia da história sobre as relações entre os homens e as temporalidades. Creio que uma pesquisa futura sobre este tema poderia render resultados interessantes tanto para a pesquisa física quanto para a historiografia.

Metodologicamente, o uso da fonte histórica como vestígio fixa uma garantia da existência e passagem humana em uma temporalidade passada, a qual é inacessível sem a mediação narrativa. Por outro lado, o lapso tempo-espacial entre o historiador e suas fontes não deixam de gerar outras questões epistemológicas para a produção do conhecimento histórico. Como vestígios, as fontes são fragmentos, “coisas entre as coisas”, estranhas ao historiador. Diante desse estranhamento como pode esse profissional abordar o fragmento de uma realidade tão exterior e inacessível – mas ao mesmo tempo tão próxima e viva – como o passado. Para Ricoeur pode tomar frente a este dilema três atitudes, que devem operar como linhas de força complementares que se entrecruzam na escrita da história. São elas: a) tratar o passado como “mesmo”, tomando-o como presente e sendo inteligível por seus sistemas culturais; b) tratá-lo como “outro”, uma “alter-realidade”, inventariando as diferenças e assumindo a condição de estranhamento como indispensável para a escrita da história; c) tratá-lo como “análogo”, capaz de ser reconhecido e acessível por ser próximo, mas não igual ao presente. Um uso do discurso figurado para descrever e explicar como o passado deve ter sido (REIS, 2010: 74-76).

Desta discussão podemos apreender que a escrita da história possui um componente narrativo que virtualmente a aproxima da ficção. Braudel, um dos maiores defensores de uma história social com ênfase na serialização de dados e não na narrativa dos acontecimentos políticos, ao escrever sua obra maior de Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo à época de Filipe II*, não deixou de compor uma narrativa histórica. O debate das dimensões narrativas da historiografia – trazido a tona no revelador e influente artigo do historiador britânico Lawrence Stone “The Revival of the Narrative: Reflexions on a New Old History”, de 1979 revolucionou a prática do historiador. Surgida com o advento da virada linguística e cultural (*cultural turn*) ocorrida no pensamento ocidental entre as décadas de sessenta e oitenta do século XX, essa discussão abriu novos rumos para a historiografia, levando-a de encontro a igualmente novos domínios, como a renovada história política (REMOND, 1996), e a incorporação de novos problemas e objetos<sup>7</sup>. Restituiu o papel da imaginação – que é

---

<sup>7</sup> Um outro aspecto sintomático dessa mudança foi a mudança do subtítulo da revista francesa “Annales” que no lugar de “Economies. Sociétés. Civilisations.”, passou a estampar “Histoire. Sciences Sociales”, indicando a necessidade da interdisciplinaridade para o desenvolvimento da nova historiografia.

também um componente fundamental em qualquer modelo teórico-científico – no fazer histórico como um elo capaz de encontrar soluções entre fragmentos aparentemente desconexos. Contudo, não creio que o culturalismo radical oferecido por Hayden White, que sustenta a anulação das fronteiras entre história e literatura, seja uma resposta adequada aos desafios apresentados para a história, ou mesmo para a literatura, uma vez que esta poderia se tornar apenas uma representação menor do passado comparada à historiografia.

Como argumenta George Iggers, o mesmo Stone que abordou o renascimento da narrativa historiográfica criticou em 1991 a exarcebção dos debates culturalistas com a rejeição total das ciências sociais na teoria da história. Esse distanciamento entre a história e a ciências sociais trazia em seu bojo a ameaçadora premissa sendo a história um construto representacional da imaginação poética, não seria possível se chegar a um passado verdadeiro, ou ainda provar a verdade ou falsidade dessas representações (IGGERS, 2010: 109). Tais teorias de White foram seguidas por outros teóricos como o holandês Frank Ankersmit<sup>8</sup> e o indiano Ashis Nandy.

Não é difícil concordar com Iggers quando ele afirma que:

De fato, sem pesquisa não pode ser feita nenhuma historiografia séria, e a pesquisa se baseia na pressuposição de uma realidade histórica, mesmo quando ela leva em consideração a complexidade do saber histórico, que permite apenas uma construção, e não uma reprodução fiel do passado (IGGERS, 2010: 109).

Surge assim, como um dos grandes desafios à historiografia do presente século, desenvolver uma abordagem que supere o hiato entre as apropriação dos instrumentos metodológicos das ciências sociais e o culturalismo. Como compreender a questão narrativa da história sem relegá-las ao papel de imaginação poética de White. Creio que Paul Ricoeur nos apresenta, não uma resposta definitiva para esse problema, mas um bom início de trilha para superarmos esse hiato. Com sua concepção de realismo na qual compreende o papel da narrativa como forma de apreensão do tempo e vê no mundo do leitor uma forma de resgatar a comunicação viva do texto e suas relações com a realidade exterior do texto. A imaginação historiográfica é controlada.

---

8 Ankersmit atualmente reviu suas posições mais radicais e tenta, como no artigo anteriormente citado, elaborar um modelo teórico capaz de oferecer a ficção um estatuto de verdade, sem com isso retirá-lo da história. Ver: ANKERSMIT, Frank. Truth in History and Literature. Narrative, The Ohio State University. Vol. 18 nº1. p. 29-50. January 2010.

Referências Bibliográficas:

ANKERSMIT, Frank. Truth in History and Literature. Narrative, The Ohio State University. Vol. 18 nº1. p. 29-50. January 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora Universidade de Brasília, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Mal-Estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

BOURDIE, Pierre. *As Regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BURKE, Peter. *Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

GAZONI, Fernando Maciel. *A Poética de Aristóteles: tradução e comentários*. 2006. 132f. Dissertação (mestrado em Filosofia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GREENBLATT, Stephen. “O Novo Historicismo: Ressonância e Encantamento”. In *Estudos Históricos*, vol.4, n.8. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1991. pp.244-261

HAWKING, Stephen. *Uma Breve História do Tempo: do Big Bang aos buracos negros*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

IGGERS, George. Desafios do Século XXI à historiografia. *História da historiografia*. Universidade Federal de Ouro Preto, número 4. p.105-124. março de 2010.

KARNAL, Leandro & Outros. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia, Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001.

KNAUSS, Paulo (org.). *Oeste Americano – Quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: EdUFF; 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual: Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. Vol. 23 nº45, pp. 11-36. São Paulo: Anpuh/humanitas, 2003.

REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.

RORTY, Richard. *The Linguistic Turn: Essays in Philosophical Method*. Chicago: Univ. Of Chicago Press, 1992.

ROUILLÉ, André. *A Fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

WRIGHT, Bradford W. *Comic Book Nation: The Transformation of Youth Culture in America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.